



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP **Nº 90004/2026** **(Com itens exclusivos para MEI/ME/EPP)**



PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Tanguá, através da **Secretaria Municipal de Educação**, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, através de Sistema de Registro de Preços (SRP), cujo Edital recebeu o nº **90004/2026**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

A Licitação será do tipo **menor preço, modo de disputa aberto** e será regida pela Lei nº 14.133/2021, pelos Decretos Municipais atinentes ao tema, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

DO PREGÃO

Abertura da sessão do Pregão Eletrônico SRP: Dia 11/03/2026 às 10:00h
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.compras.gov.br

O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da Prefeitura <http://www.tangua.rj.gov.br>, no Portal de Compras do Governo Federal <https://www.compras.gov.br>, e no Portal Nacional de Compras Públicas, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Na hipótese da licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1. OBJETO E ANEXOS DO EDITAL

Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios; conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Compõem o presente instrumento, os seguintes anexos:

- 1.1.1.** Anexo I – Modelo de Proposta Comercial;
- 1.1.2.** Anexo II – Minuta do Contrato
- 1.1.3.** Anexo III – Termo de Referência
- 1.1.4.** Anexo IV – Planilha Orçamentária
- 1.1.5.** Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços



2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/2021)

2.1.1 — Por se tratar de Registro de Preços a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da nota de empenho.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 3.1.** Menor Preço por Item;
- 3.2.** Modo de disputa aberto.

4. PRAZO CONTRATUAL E DE ENTREGA

4.1. O prazo do contrato variará de acordo com as necessidades da Contratante;

4.2. O prazo de entrega será conforme previsto no **item 5.2** do Termo de Referência - Anexo III deste instrumento convocatório.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente Licitação, todas as empresas interessadas e que preencham os requisitos da qualificação exigidos nesse Edital;

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. Não serão admitidas à Licitação as empresas suspensas pela administração do direito de licitar, no prazo e nas condições de impedimento. As declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta, inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, bem como as que estiverem em regime de concordata ou falência;



5.4. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.7. Devido à natureza do objeto, que não possui qualquer complexidade, não será permitida a participação em consórcio;

5.8. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.compras.gov.br>.

6. CREDENCIAMENTO

6.1. As interessadas em participar deste certame deverão cadastrar operador, devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;

6.2. A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;



6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema;

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. As licitantes deverão apresentar suas propostas no site <https://www.compras.gov.br>, incluindo o preço e a marca/modelo (conforme solicita o sistema) até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio da proposta;

7.2. Não poderão constar nas propostas cadastradas qualquer menção à empresa proponente, tais como nomes, logos, timbres, nº de inscrições como CNPJ e IE, e ou quaisquer outro que possa de alguma forma sugerir qual a empresa que está apresentando a proposta, sob pena de desclassificação das mesmas;

7.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas com base nas especificações contidas nos Anexo I, III e IV deste edital, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas;

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação;



7.6. A validade dos preços e condições da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

8. PROCEDIMENTO NO JULGAMENTO

8.1. A presente Licitação será processada e julgada em sessão pública eletrônica, com observância do seguinte procedimento:

8.1.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.2. Serão desclassificadas as propostas que em qualquer parte do seu texto ou teor, faça menção à Licitante, ou qualquer outro vínculo que possa identificar ou sugerir a empresa licitante que a apresentou;

8.1.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

8.1.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

8.1.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

8.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01;

8.1.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

8.1.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.1.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



8.1.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.1.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.1.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.1.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

8.1.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no compras.gov.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura;

8.1.16. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta;

8.1.17. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

8.1.18. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

8.1.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

8.1.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

8.1.21. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, conforme item 9 e seus subitens todos deste instrumento convocatório.

8.1.22. Os documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado.

8.1.22.1. O Pregoeiro concederá prazo mínimo de 2 (duas) horas para que o licitante envie, por meio de ferramenta disponível no sistema, a documentação de habilitação exigida neste edital.



8.1.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.1.24. Verificado o atendimento das exigências fixadas, o Licitante será declarado pelo Pregoeiro habilitado e vencedor do certame;

8.1.25. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

8.1.26. Todos os atos praticados nas sessões constarão em Ata que estará a disposição para consulta ou retirada por qualquer interessado no site compras.gov.br.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação; e



9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1. Conforme descrito no **item 8.4.1.1** do Termo de Referência – Anexo III, deste Instrumento Convocatório.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.3.1. Conforme descrito no **item 8.4.1.3** do Termo de Referência – Anexo III, deste Instrumento Convocatório.

9.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.4.1. Conforme descrito no **item 8.4.1.2** do Termo de Referência – Anexo III, deste Instrumento Convocatório.

9.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Conforme consta no **item 4.7** do Termo de Referência, a empresa licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a experiência anterior na execução de objeto pertinente e compatível com o objeto do Termo de Referência.

9.6. DOS DEMAIS DOCUMENTOS

9.6.1. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

9.6.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação:

- a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;



- b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- j) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa - Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada em até no 20º (vigésimo) dia da data de adimplemento da obrigação e após efetivo recebimento do objeto, sendo que a contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III);

10.2. Na hipótese de a cobrança apresentar erros, a Contratante devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição;



10.3. O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer do prazo indicado no item 10.1, sem a multa e a compensação financeira;

10.4. Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante;

10.5. Fica o licitante ciente que por ocasião do pagamento poderá ser verificada sua situação quanto à regularidade da documentação apresentada para a habilitação no certame;

10.6. O documento de cobrança será apresentado a Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001-00 para que seja atestado;

11. REAJUSTAMENTO

11.1. Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

12. DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

12.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital; a impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do e-mail licitacao@tangua.rj.gov.br;

12.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação;

12.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

12.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@tangua.rj.gov.br;



12.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração;

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

12.8. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a Administração.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a Administração convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

14.2. Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

14.3. Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

14.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.



14.5. Quando o vencedor da licitação se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

14.6. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

14.7. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

14.8. A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14.9. As demais condições estão previstas no Termo de Referência – Anexo III.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A recusa da adjudicatária em retirar o empenho dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas;

15.2. Pela inexecução total ou parcial, o Município de Tanguá poderá aplicar uma das seguintes sanções garantida a prévia defesa:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia sobre o valor do empenho, até o período máximo de 3 (Três) dias úteis;

15.2.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

15.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.2.6. As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas juntamente e não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantindo a defesa prévia, no prazo e condições fixados no Edital;



15.2.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas às Licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista:

15.2.7.1. Tenham sofrido condenações por praticarem por meios dolosos, fraudes fiscais, no recolhimento de quaisquer tributos;

15.2.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;

15.2.7.3. Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

15.2.7.4. As demais condições estão previstas no Termo de Referência – Anexo III.

16. RECURSOS

16.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema de Compras (compras.gov.br), motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões;

16.2. Será concedido o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas para, caso queiram, apresentarem contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos;

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recorrer;

16.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

16.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

16.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances;



16.8. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. FORO

17.1. A comarca de Itaboraí /RJ é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas a esta Licitação e a adjudicação dela decorrente.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Fica reservado à Contratante, o direito para resolver todo e qualquer caso singular omissos ou lacunosos não previsto no Edital e na documentação nele mencionada, bem como em tudo o que se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento em questão;

18.2. A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada pela Autoridade Competente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e pertinente ou anulada de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável (Art. 71 da Lei 14.133/2021);

Tanguá, 26 de fevereiro de 2026.

Luciano Lucio Natalino
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 7431



ANEXO - I - PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	50	Unidade	Achocolatado em pó, 550g			
02	50	Unidade	Amido de Milho 500g			
03	120	Unidade	Azeitona sem caroço emb. 500 g			
04	300	Unidade	Biscoito doce, tipo maisena, embalagem com 350 gr.			
05	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor coco, embalagem com 500 gr.			
06	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor leite, embalagem com 500 gr.			
07	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor milho, embalagem com 500 gr.			
08	300	Pacote	Biscoito doce, tipo waffer, sabor chocolate, embalagem com 140 gr.			
09	300	Pacote	Biscoito doce, tipo waffer, sabor morango, embalagem com 140 gr.			
10	300	Unidade	Biscoito salgado, tipo cream cracker, embalagem com 400gr			
11	180	KG	Carne Bovina Moída, tipo Acem, congelada, isenta de ossos, cartilagem, tendões, peles, veias e coágulos, textura firme, não amolecida ou pegajosa.			
12	150	Unidade	Creme de Leite leve UHT homogeneizado - Embalagem com 200gr			
13	80	Unidade	Creme de Ricota, sabores, 200g			
14	50	Unidade	Ervilha em lata, 200g			
15	100	Unidade	Farinha de Trigo tradicional tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico - 1 kg			
16	50	Unidade	Fermento em pó químico tradicional - Embalagem com 100 gr			
17	10	Caixa	Filtro de Papel para café nº 103 (caixa 30 filtros)			
18	200	KG	Laranja Pera, de primeira qualidade, cor amarela-esverdeada a alaranjada, bem desenvolvida e madura, polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes ou pesticidas, sabor e cheiro cítricos característicos. Tamanho grande, peso mínimo de 150g por unidade (ou peso total por embalagem). Acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto até o consumo final			
19	100	CX	Leite integral, Caixa com 12 unidades			
20	200	KG	Maça gala, fruta de primeira qualidade, selecionada, fresca e sadia, firme e adequada para consumo, casca inteira, sem ruptura manchas,			



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº. 1363/2025

Rubrica: _____ Fls. _____

			fungos, podridão, pragas ou machucadas (sinais de manuseio e transporte)			
21	100	Unidade	Maionese 500gr			
22	200	KG	Mamão Papaia, primeira qualidade, fresco, casa integra, sem rupturas, machucados, ferimentos ou manchas, livre de sujidades, terra, corpos estranhos, pragas e doenças, polpa firme e bem desenvolvida			
23	150	Unidade	Manteiga de primeira qualidade com sal, pote com 500 gramas			
24	100	Unidade	Margarina, 500g			
25	200	KG	Melancia			
26	200	KG	Melão			
27	50	Unidade	Milho Verde em lata, 170g			
28	50	Garrafa	Óleo de soja - Embalagem com 900 ml.			
29	50	DZ	Ovos Branco			
30	200	Pacote	Pão de forma tradicional, aproximadamente 500 gr			
31	250	Unidade	Patê de Peito de Peru, bisnaga com 100gr			
32	180	KG	Peito de frango, sem osso e sem pele. Congelado, produto de primeira qualidade, com cor, odor e sabor característicos, isento de peles, ossos, cartilagens, nervos, manchas, parasitas, ou qualquer sinal de decomposição, embalagem plástica transparente, atóxica			
33	100	KG	Presunto fatiado			
34	100	Unidade	Queijo Mina, 1kg			
35	100	KG	Queijo Muçarela fatiado			
36	150	Unidade	Requeijão Cremoso, 200g			
37	60	Unidade	Salsicha tradicional resfriada - Embalagem com 3 kg			
38	300	Unidade	Sardinha com óleo - lata 125 gr			
39	300	Garrafa	Suco da fruta sabor MANGA, embalagem com 980 ml.			
40	300	Garrafa	Suco de fruta sabor caju, embalagem com 500 ml.			
41	300	Garrafa	Suco de fruta sabor goiaba, embalagem com 500 ml.			
42	300	Garrafa	Suco de fruta sabor uva, embalagem com 500 ml.			
43	100	Bandeja	Uva Verde sem semente, bem formada, sem manchas, rachaduras, danos mecânicos ou pragas/doenças. Polpa firme e intacta, pedúnculo (caule) intacto, sem sinais de decomposição ou odores estranhos, isenta de terra, sujidades e outros materiais estranhos.			

TOTAL

Valor Total Por Extenso: _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº. **1363/2025**

Rubrica: _____ Fls. _____

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

No preço acima estão consideradas todas as exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o custo do (s) objeto (s).

A validade dos preços e condições desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante legal da empresa

Obs.: Havendo divergência entre as especificações do **catálogo - compras.gov.br** e o descritivo constante no Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Edital.



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE TANGUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ e a firma _____, visando a _____, objeto da Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2026, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE TANGUÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.089/0001-00, estabelecido na Rua Vereador Manoel Macedo, 68 - Centro, nesta Cidade, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE -----**, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo Excelentíssimo Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, neste ato representado por seu gestor _____ inscrito no CPF nº. _____, Portaria nº. ____/2024, residente e domiciliado na _____ e, de outro lado a firma _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, têm entre si na conformidade do que consta no **processo administrativo nº 1363/2025** e da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/2026, com base no que dispõe o artigo 28, I, da Lei 14.133/2021, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 O presente contrato tem por objeto a _____, conforme especificações técnicas indicadas no edital e nos seus anexos e respectiva Nota de Empenho nº ____2026.

1.2 Este objeto deverá ser entregue, obedecendo, fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela administração ou constantes do processo.

1.3 Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.4 O prazo de vigência do Contrato é de ____ (____) dias, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Artigo nº 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA

2.1 - O objeto da contratação deverá ser entregue pela CONTRATADA, _____ (**parceladamente ou integralmente**), de acordo com pedido efetuado pela Contratante.

2.1.1- A entrega deverá ser iniciada em até ____ (____) dias a partir da Ordem de Fornecimento.

2.2 -A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratada ou pelo Gestor do Contrato, que deverá além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas Fiscais/Faturas dos mesmos, desde que tenham sido executados a contento.



2.3 - As despesas relacionadas ao objeto deste Contrato correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA, sendo consideradas inclusas no valor contratado.

2.4 - Caso ocorram irregularidades na execução do objeto contratado, serão adotados os seguintes procedimentos:

2.4.1 - Será emitido pelo município um documento formal e protocolado junto à CONTRATADA onde contará o motivo pela recusa ou da irregularidade apresentada, podendo a CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis efetuar o devido reparo ou protocolar sua defesa;

2.4.2 - Caso ocorram irregularidades não regularizadas durante a vigência do Contrato, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA sobre os fatos geradores apontados pela Secretaria requisitante;

2.4.3 - Tendo sido notificado e a CONTRATADA incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, serão adotadas as medidas cabíveis e dentro da legislação sobre o assunto, conforme dispõe o Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____), a ser pago em até 30 (trinta dias) após cada entrega do material.

3.1.1 - O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dias com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS e com o FGTS e apresentação das demais certidões que assegurem sua regularidade fiscal e trabalhista.

3.1.2 - O Gestor/Fiscal do Contrato por parte do Município atestará a Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA relativa a cada ordem de fornecimento.

3.2 - Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar a fatura na Secretaria Municipal de _____, apresentando a nota fiscal com os quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo Gestor do Contrato.

3.3 - Cada pagamento será efetuado após a comprovação, pela CONTRATADA, de que se encontra em dia com suas obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas do presente Contrato correrão à conta da seguinte Despesa Orçamentária: _____, Ficha: _____, Fonte: _____ do orçamento vigente para o corrente exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1- O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1- Arcar com todas as despesas, incluindo custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, ou seja, todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

6.1.2 - Entregar os materiais nas quantidades e especificações demandadas pelo município de acordo com este contrato, o edital e todos os seus, efetuando a substituição em caso de defeito;

6.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente atender;

6.1.4 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratado. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade;

6.1.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho.



6.1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Sem prejuízo das obrigações assumidas pela CONTRATANTE nos termos do Termo de Referência, ora ratificadas, a CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

7.1.2 - Designar fiscal para acompanhar a fiel execução do respectivo termo contratual, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da Secretaria do Município e adequada execução do objeto que trata esta contratação.

7.1.3 - Rejeitar, no todo em parte, os produtos/materiais entregues em desacordo com este edital e o Contrato.

7.1.4 - Realizar o pagamento do Contrato, na forma e nos prazos pactuados.

7.1.5 - Emitir as Ordens de Compras (OC), assinadas pela autoridade competente.

7.1.6 - Designar um profissional habilitado em condições de tomada de decisão para acompanhar e dar apoio a todas as fases de implantação da execução do objeto deste certame.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) Multa de mora;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 03 (três) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto neste instrumento.

9.1.1- Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;

b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;

c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;

d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;

e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;

f) Decretação de falência;

g) Dissolução da empresa;

h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;



- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 - Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida desde instrumento de contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

11.1 - Consideram-se integrante do presente contratual, os termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº ____/2026 e seus anexos, a proposta da CONTRATADA, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Itaboraí, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

Tanguá, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA

Representante: _____

Testemunhas: _____

RG: _____

CPF: _____

RG: _____ CPF: _____



ANEXO - III - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREGÃO

PREÂMBULO

O presente Termo de Referência, enquanto documento necessário para a contratação de bens e serviços, tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao artigo 18, inciso II da Lei Federal n. 14.133/2021, e contém todos parâmetros e elementos descritivos constantes do inciso XXIII do artigo 6º da mesma lei, e normatiza, disciplina e define os elementos que nortearão a contratação

1- DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/2021)

1.1- Constitui objeto deste termo de referência o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2- Os quantitativos expressos neste termo de referência representam a previsão desta secretaria, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Elemento de despesa: 33.90.30.00.00			
ITEM	GÊNEROS	Unid.	Quant
01	Achocolatado em pó, 550g	Unidade	50
02	Amido de Milho 500g	Unidade	50
03	Azeitona sem caroço emb. 500 g	Unidade	120
04	Biscoito doce, tipo maisena, embalagem com 350 gr.	Unidade	300
05	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor coco, embalagem com 500 gr.	Pacote	300
06	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor leite, embalagem com 500 gr.	Pacote	300
07	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor milho, embalagem com 500 gr.	Pacote	300
08	Biscoito doce, tipo waffer, sabor chocolate, embalagem com 140 gr.	Pacote	300
09	Biscoito doce, tipo waffer, sabor morango, embalagem com 140 gr.	Pacote	300
10	Biscoito salgado, tipo cream cracker, embalagem com 400gr	Unidade	300
11	Carne Bovina Moída, tipo Acem, congelada, isenta de ossos, cartilagem, tendões, peles, veias e coágulos, textura firme, não amolecida ou pegajosa.	KG	180
12	Creme de Leite leve UHT homogeneizado - Embalagem com 200gr	Unidade	150
13	Creme de Ricota, sabores, 200g	Unidade	80
14	Ervilha em lata, 200g	Unidade	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº. 1363/2025

Rubrica: _____ Fls. _____

15	Farinha de Trigo tradicional tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico - 1 kg	Unidade	100
16	Fermento em pó químico tradicional - Embalagem com 100 gr	Unidade	50
17	Filtro de Papel para café nº 103 (caixa 30 filtros)	Caixa	10
18	Laranja Pera, de primeira qualidade, cor amarela-esverdeada a alaranjada, bem desenvolvida e madura, polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes ou pesticidas, sabor e cheiro cítricos característicos. Tamanho grande, peso mínimo de 150g por unidade (ou peso total por embalagem). Acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto até o consumo final	KG	200
19	Leite integral, Caixa com 12 unidades	CX	100
20	Maça gala, fruta de primeira qualidade, selecionada, fresca e sadia, firme e adequada para consumo, casca inteira, sem ruptura manchas, fungos, podridão, pragas ou machucadas (sinais de manuseio e transporte)	KG	200
21	Maionese 500gr	Unidade	100
22	Mamão Papaia, primeira qualidade, fresco, casa inteira, sem rupturas, machucados, ferimentos ou manchas, livre de sujidades, terra, corpos estranhos, pragas e doenças, polpa firme e bem desenvolvida	KG	200
23	Manteiga de primeira qualidade com sal, pote com 500 gramas	Unidade	150
24	Margarina, 500g	Unidade	100
25	Melancia	KG	200
26	Melão	KG	200
27	Milho Verde em lata, 170g	Unidade	50
28	Óleo de soja - Embalagem com 900 ml.	Garrafa	50
29	Ovos Branco	DZ	50
30	Pão de forma tradicional, aproximadamente 500 gr	Pacote	200
31	Patê de Peito de Peru, bisnaga com 100gr	Unidade	250
32	Peito de frango, sem osso e sem pele. Congelado, produto de primeira qualidade, com cor, odor e sabor característicos, isento de peles, ossos, cartilagens, nervos, manchas, parasitas, ou qualquer sinal de decomposição, embalagem plástica transparente, atóxica	KG	180
33	Presunto fatiado	KG	100
34	Queijo Mina, 1kg	Unidade	100
35	Queijo Muçarela fatiado	KG	100
36	Requeijão Cremoso, 200g	Unidade	150
37	Salsicha tradicional resfriada - Embalagem com 3 kg	Unidade	60
38	Sardinha com óleo - lata 125 gr	Unidade	300
39	Suco da fruta sabor MANGA, embalagem com 980 ml.	Garrafa	300
40	Suco de fruta sabor caju, embalagem com 500 ml.	Garrafa	300
41	Suco de fruta sabor goiaba, embalagem com 500 ml.	Garrafa	300
42	Suco de fruta sabor uva, embalagem com 500 ml.	Garrafa	300
43	Uva Verde sem semente, bem formada, sem manchas, rachaduras, danos mecânicos ou pragas/doenças. Polpa firme e intacta, pedúnculo (caule) intacto, sem sinais de decomposição ou odores estranhos, isenta de terra, sujidades e outros materiais estranhos.	Bandeja	100

1.3. Em atendimento ao preconizado no artigo 86 da Lei 14.133/2021, vale constar que o comunicado de Intensão de Registro de Preço editado por esta secretaria foi devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do município de Tanguá que circulou no dia 29/08/2025, conforme consta em anexo.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.5. Os quantitativos aqui apresentados, bem como sua técnica de estimação e metodologia de cálculo, constam do ETP, apêndice deste Termo.

2- DA JUSTIFICATIVA/ DA FINALIDADE / DA FUNDAMENTAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/2021)

2.1. A contratação faz-se necessária para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, haja vista que esta secretaria sempre promove reuniões, formações e atividades culturais. Dessa forma acaba havendo a necessidade de disponibilizar um lanche as pessoas presentes.

2.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Artigo 6º, XXIII, “c” da Lei 14.133/2021)

3.1. Diante das alternativas apresentadas pelo mercado e as possíveis formas de contratação, ponderando-se os prós e os contras, entende-se que a melhor solução é a Contratação de Empresa Especializada para a aquisição do material pretendido é através de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) que é o mais adequado para a aquisição do objeto.

3.2. A Descrição da Solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4- DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/2021).

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c) Maior vida útil do bem
- d) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- e) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens.

4.2. A proposta deverá apresentar preço unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente.

4.3. A presente contratação se dará por menor preço global.

4.4. O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para abertura das propostas. Deverá constar oferta firme e precisa sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.



4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. A empresa licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a experiência anterior na execução de objeto pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

4.8. Para fins de contratação, a empresa que apresentar o menor preço deverá comprovar habilitação jurídica e fiscal, apresentando, minimamente, contrato social, comprovante de CNPJ, comprovante de inscrição estadual ou municipal, bem como certidões negativas Federal, FGTS e trabalhista.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “e” da Lei 14.133/2021)

5.1. Condições de Entrega

5.1.1- As entregas deverão ser realizadas nos respectivos endereços das Escolas e Creches, logo após serem conferidas pelo responsável do Departamento de Almoxarifado, situado à Rua Silva Souza dos Santos, LT 12. Qd 02 - Chácara do Pinhão – Tanguá – RJ, de acordo com relação do **Anexo I**.

5.2- PRAZO DE ENTREGA

5.2.1- Os gêneros deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis após solicitações emitidas pelo setor de Nutrição da SEME, que terão início após a ordem de início;

5.2.2- A empresa que não cumprir o prazo acima estipulado estará sujeita às sanções estabelecidas no edital, no contrato, e na legislação vigente;

5.2.3- Após a entrega, constatadas inconformidades no objeto, o mesmo será substituído por um em conforme, sem direito a ressarcimento à contratada e sem ônus ao município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.3- DO RECEBIMENTO DOS GÊNEROS

5.3.1- O recebimento ocorrerá da seguinte forma:

a) Os gêneros em questão deverão ser recebidos pelo(a) diretor(a) da unidade de ensino, logo após terem sido conferidos pelo responsável do Departamento de Almoxarifado;

b) Deverá ser verificada a equivalência dos gêneros entregues, com as especificações contidas no edital e seus anexos;



c) Detectando-se alguma anormalidade: defeitos, imperfeições nos gêneros ou forma de acondicionamento fora dos padrões estabelecidos pela ANVISA, estes serão devolvidos à licitante vencedora para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas.

d) Para o recebimento do gêneros perecíveis, a contratada deverá estar dentro dos padrões da Portaria CVS-15, de 07 de novembro de 1991, onde a mesma deverá contar com veículos apropriados e os alimentos devem ser transportados em recipientes fechados, impermeáveis e resistentes a qualquer tipo de contaminação, e jamais devem ser transportados junto com outros produtos ou substâncias capazes de contaminá-los ou corrompê-los, evitando-se, assim, a perda de mercadoria e garantir o controle de higiene e temperatura durante as entregas.

e) Os alimentos perecíveis devem ser transportados em veículo fechado, dependendo da natureza, sob:

- refrigeração: ao redor de 4º, não ultrapassando 6ºC;

- resfriamento: ao redor de 6ºC não ultrapassando 10º ou conforme especificação do fabricante expressa na rotulagem;

- aquecimento: acima de 65ºC;

- congelamento: ao redor de (-18º) e nunca superior a (-15ºC).

5.4- PRAZO DE VALIDADE

5.4.1- A empresa vencedora deverá oferecer garantia contra inconformidades nos itens, de acordo com o prazo de validade e/ou vida útil específico de cada item, a contar da data de recebimento definitivo do objeto contratado.

5.5- GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.5.1- Para efeito de garantia dos itens, será observado o que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e ocorrendo imperfeições do objeto do contrato, durante o período de cobertura previsto pela legislação, os fornecedores serão comunicados oficialmente via e-mail ou telefone para a substituição imediata dos mesmos.

5.5.2. Os materiais que apresentarem vício ou baixa qualidade no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por um que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores do objeto.

5.5.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado.

5.5.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante

5.5.5. A manutenção e assistência técnica não se aplicam ao objeto.

5.6- FRETE



5.6.1- A empresa vencedora será responsável pelo frete do objeto, assim como as despesas com combustível, pedágio, hospedagem, alimentação do motorista e outras despesas

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Artigo 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - DA FISCALIZAÇÃO

6.5.1. A Secretaria Municipal de Educação nomeará um fiscal para executar a fiscalização do contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

À fiscalização caberá:

- a) Exigir o cumprimento de todas as coberturas e condições de entrega dos gêneros alimentícios propostos;
- b) Examinar todos os documentos relativos ao objeto licitado, além de outras atribuições determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- c) A existência e a atuação da fiscalização e operacionalidade pela Secretaria Municipal de Educação em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.
- d) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, ficando este responsável pelos danos causados diretamente à PREFEITURA, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) A Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com o solicitado.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Artigo 6º, XXIII, “g” da Lei 14.133/2021)

7.1- Pelo fornecimento do objeto, a contratante efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por 02 servidores, não sendo o ordenador de despesas.

7.2. O pagamento será efetuado no 20º (vigésimo) dia da data do adimplemento da nota fiscal do recebimento e após o efetivo adimplemento da obrigação.



7.3. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

7.4. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

7.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Artigo 6º, XXIII, “h” da Lei 14.133/2021)

8.1- A presente contratação se dará mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme previsto no artigo 28, I da Lei Federal 14.133/2021, do tipo menor preço (artigo 33, I), pelo Sistema de Registro de Preços (artigo 6º, XLV c/c 40, II).

8.2- De maneira objetiva, a licitante vencedora será selecionada através de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, no **modo de disputa aberto**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

8.3 – O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, isto é, a contratação da aquisição por preço certo de unidades determinadas (artigo 6º, inciso XXVIII da Lei 14.133/2021);

8.4 Exigências de habilitação / Requisitos de contratação (Artigo 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/2021)

8.4.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1.1. Habilitação jurídica

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



V - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

III - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

IV - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

V - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



- VI - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- VII - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- VIII - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.4.1.4. Qualificação Técnica

8.4.1.4.1. Conforme consta no item 4.7 deste Termo de Referência, a empresa licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a experiência anterior na execução de objeto pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

8.5. A proposta deverá apresentar preço unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente;

9- DA ESTIMATIVA DE VALOR (Artigo 6º, XXIII, “i” da Lei 14.133/2021)

9.1- o valor estimado desta contratação é de **R\$ 94.200,40** (noventa e quatro mil, duzentos reais e quarenta centavos), conforme pesquisa de preços realizada na fase de ETP (Estudo Técnico Preliminar), com empresas especializadas, de acordo com a tabela do encontrada no item 8 do ETP. Entretanto, o valor estimado desta aquisição será aferido pelo Departamento de Compras.

9.2. Importante salientar que os valores e quantitativos expressos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de gasto e utilização, podendo ocorrer, ao final do contrato, consumo inferior ao previsto, visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores.

10- DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/2021)

10.1 - Por se tratar de Registro de Preços a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da nota de empenho.

11- OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE(S) REGISTRADOS

11.1- Compete aos licitantes registrados envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

11.2- Assinar a Ata de Registro de Preços;

11.3- Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços;



- 11.4- Entregar os gêneros no(s) prazo(s) máximo(s) determinado(s) neste termo de referência;
- 11.5- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste termo de referência, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados;
- 11.6- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 11.7- Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias ou técnicos;
- 11.8- Manter-se durante toda a execução do presente objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus Anexos;
- 11.9- Informar à Prefeitura a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento;
- 11.10- Efetuar a entrega dos gêneros alimentícios de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de referência;
- 11.11- Comunicar à Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 11.12- Reparar, corrigir, remover e substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os gêneros em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 11.13- Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;
- 11.14- Fornecer os gêneros cotados conforme previsto neste termo de referência, obedecendo rigorosamente as especificações e condições estipuladas no edital de licitação e na proposta comercial;
- 11.15- Declarar que estarão computados, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta execução do presente objeto;

12- DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- 12.1- A prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- 12.2- Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;



- 12.3- Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;
- 12.4- Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- 12.5- Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- 12.6- Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução do(s) fornecimento(s);
- 12.7- Indicar o gestor do contrato;
- 12.8- Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 12.9- Rejeitar, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 12.10- Receber o produto e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;
- 12.11- Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no termo de referência;
- 12.12- Informar à Contratada o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de fornecimento;
- 12.13- Será designado servidor da Secretaria Municipal de Educação, para promover o acompanhamento da entrega dos gêneros alimentícios, com fins de conferir no que for necessário as condições previstas neste termo;
- 12.14- Rejeitar o gênero alimentício que não atenda aos requisitos constantes das especificações do termo de referência;
- 12.15- Efetuar o pagamento no 20º (vigésimo) dia da data de adimplemento da obrigação e após efetivo recebimento do objeto, sendo que a contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal.
- 12.16- Aplicar as penalidades, quando cabível.

13- DAS SANÇÕES

- 13.1- Consoante o disposto na legislação vigente, especialmente a Lei 14.133/2021, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- 13.2- Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual e pela verificação de quaisquer das situações previstas na Lei nº. 14.133/2021, a Administração poderá aplicar as seguintes penalidades sem o prejuízo de outras:



- a) advertência pelo não cumprimento das disposições deste termo de referência, desde que não interfira no andamento normal da sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este órgão;
- b) Multa de 1% sobre o valor total contratado a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;
- c) multa de 01% (um por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pela recusa injustificada do adjudicatário de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;
- d) multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- e) multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- f) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, pela recusa injustificada na entrega dos materiais nela relacionados, sem prejuízo das demais penalidades;
- g) suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, por um período não superior a 02 (dois) anos;
- h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração nos termos da Lei 14.133/2021.

13.3- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.4- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14- DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO / DEFINITIVO

14.1- Os gêneros serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos seus componentes e as especificações dos opcionais constantes da proposta comercial, quanto à marca e especificações técnicas;

14.2- Após recebimento provisório, os gêneros serão recebidos definitivamente, mediante a verificação da qualidade e sua consequente aceitação, por intermédio de Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelas partes ou Atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela Secretaria Municipal de Educação;

14.3- O prazo para o recebimento definitivo será de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento provisório;

14.4- Caso os gêneros alimentícios apresentem defeitos ou não sejam compatíveis com as especificações solicitadas deverão proceder a substituição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;



14.5- O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da licitante vencedora;

14.6- Caberá ao servidor responsável rejeitar os gêneros que não estejam de acordo com as exigências, bem como determinar as suas substituições.

15 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1- Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrada a Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes que terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei n. 14.133/2021.

16.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme parágrafo único do artigo 84 da Lei n. 14.133/2021.

16.2. O(s) proponente(s) será(ão) convocado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, via e-mail ou meio equivalente, e terão o prazo de até **05 (cinco)** dias corridos para atendimento;

16.3. A ata firmada observará a minuta do anexo do edital, podendo ser alterada nos termos dos artigos.

16.4. Durante a vigência da ata, o Município não será obrigado a adquirir os produtos exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

17 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A vigência da **Ata de Registro de Preços** será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, **prorrogável por igual período**.

17.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimentos e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da contratação permanecerá economicamente vantajoso para a Administração;



c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

17.1.1.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços. No caso de prorrogação, o quantitativo da Ata de Registro de Preços será o remanescente.

17.1.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

18 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Nos termos do Decreto Federal nº11.462/2023, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer secretaria, demais órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

19 – DOS PREÇOS REGISTRADOS

19. 1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis;

19.2. Os preços somente poderão ser alterados, por acordo entre as partes, no caso de ocorrência, devidamente demonstrada e com base no disposto da Lei nº 14.133/2021, bem como no caso de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, ocasião em que o fornecedor do bem será convocado visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

20.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

20.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

20.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

20.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração.

20.2. O fornecedor que tiver seu registro de preços cancelado poderá sofrer as sanções previstas em Edital, a depender do caso que justifique tal cancelamento.



21 - DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

21.1.1. Quando o fornecedor, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;

21.1.2. Quando o fornecedor, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o fornecedor tiver comunicado à Secretaria em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

22- NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

22.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

23 - DA AMOSTRA

23.1 - A Secretaria de Educação, solicita ao licitante classificado em primeiro lugar, amostra dos produtos ofertados, sendo eles, Achocolatado em pó, 550g, Biscoito doce, tipo maisena, embalagem com 500 gr., Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor coco, embalagem com 500 gr., Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor leite, embalagem com 500 gr, Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor milho, embalagem com 500 gr, Biscoito doce, tipo waffer, sabor chocolate, embalagem com 160 gr, Biscoito doce, tipo waffer, sabor morango, embalagem com 160 gr, Biscoito salgado, tipo cream cracker, embalagem com 400gr, Leite integral, Caixa com 12 unidades, Maionese 500gr, Manteiga de primeira qualidade com sal, pote com 500 gramas, Margarina, 500g, Requeijão Cremoso, 200g, Salsicha tradicional resfriada - Embalagem com 3 kg, Suco da fruta sabor MANGA, embalagem com 980 ml, Suco de fruta sabor caju, embalagem com 500 ml, Suco de fruta sabor goiaba, embalagem com 500 ml, Suco de fruta sabor uva, embalagem com 500 ml, que deverão ser entregues diretamente no Departamento de Nutrição desta Secretaria, no horário das 8 às 17 horas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para análise dos produtos e verificação de qualidade dos mesmos.

23.2 - A amostra deverá estar em conformidade com as especificações técnicas, constantes do Termo de Referência, e devidamente identificada com o nome do licitante, contendo os respectivos gêneros, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, validade, peso, marca, número de referência, código do produto e modelo.



23.3 - Os produtos, se forem de origem estrangeira, deverão apresentar na embalagem informações em Língua Portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

23.4 - Os servidores do Setor Técnico de Nutrição (Requisitante do produto) procederão à análise das amostras em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, adotando os seguintes critérios: a. Análise visual do material; b. Adequação aos requisitos técnicos; c. Qualidade dos produtos.

23.5 - Os produtos apresentados como amostra pelo licitante poderão ser abertos, submetidos à testes necessários e consumidos, sendo, ao final da avaliação, aprovados ou reprovados pelo Departamento de Nutrição desta Secretaria.

23.6 - Será rejeitada a amostra que:

- a) Apresentar problemas durante a análise técnica.
- b) Apresentar divergência ou qualidade inferior em relação às especificações técnicas descritas.
- c) For de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.
- d) Apresentar, para os produtos cuja validade seja determinada, validade inferior ao previsto.
- e) Apresentar garantia inferior à exigida neste Termo de Referência.

23.7 - Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

23.8 - Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não disponibilizá-la no prazo estabelecido.

23.9 - As despesas com envio das amostras ao Departamento de Nutrição, serão por conta do licitante.

23.10 - As amostras aprovadas ficarão retidas para confronto com os materiais, quando do seu recebimento pela Secretaria Municipal de Educação.

24 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

24.1. As empresas devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

24.2. Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 14.133/2021.



ANEXO - IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	50	Unidade	Achocolatado em pó, 550g		21,25	1.062,50
02	50	Unidade	Amido de Milho 500g		14,72	736,00
03	120	Unidade	Azeitona sem caroço emb. 500 g		28,17	3.380,40
04	300	Unidade	Biscoito doce, tipo maisena, embalagem com 350 gr.		6,15	1.845,00
05	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor coco, embalagem com 500 gr.		9,49	2.847,00
06	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor leite, embalagem com 500 gr.		13,39	4.017,00
07	300	Pacote	Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor milho, embalagem com 500 gr.		10,19	3.057,00
08	300	Pacote	Biscoito doce, tipo waffer, sabor chocolate, embalagem com 140 gr.		4,25	1.275,00
09	300	Pacote	Biscoito doce, tipo waffer, sabor morango, embalagem com 140 gr.		4,76	1.428,00
10	300	Unidade	Biscoito salgado, tipo cream cracker, embalagem com 400gr		7,07	2.121,00
11	180	KG	Carne Bovina Moída, tipo Acem, congelada, isenta de ossos, cartilagem, tendões, peles, veias e coágulos, textura firme, não amolecida ou pegajosa.		37,99	6.838,20
12	150	Unidade	Creme de Leite leve UHT homogeneizado - Embalagem com 200gr		2,85	427,50
13	80	Unidade	Creme de Ricota, sabores, 200g		9,32	745,60
14	50	Unidade	Ervilha em lata, 200g		4,39	219,50
15	100	Unidade	Farinha de Trigo tradicional tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico - 1 kg		4,32	432,00
16	50	Unidade	Fermento em pó químico tradicional - Embalagem com 100 gr		5,15	257,50
17	10	Caixa	Filtro de Papel para café nº 103 (caixa 30 filtros)		4,12	41,20
18	200	KG	Laranja Pera, de primeira qualidade, cor amarela-esverdeada a alaranjada, bem desenvolvida e madura, polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes ou pesticidas, sabor e cheiro cítricos característicos. Tamanho grande, peso mínimo de 150g por unidade (ou peso total por embalagem). Acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto até o consumo final		4,34	868,00
19	100	CX	Leite integral, Caixa com 12 unidades		72,66	7.266,00
20	200	KG	Maça gala, fruta de primeira qualidade, selecionada, fresca e sadia, firme e adequada para consumo, casca inteira, sem ruptura manchas,		16,29	3.258,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº. 1363/2025

Rubrica: _____ Fls. _____

			fungos, podridão, pragas ou machucadas (sinais de manuseio e transporte)			
21	100	Unidade	Maionese 500gr		8,65	865,00
22	200	KG	Mamão Papaia, primeira qualidade, fresco, casa integra, sem rupturas, machucados, fermentos ou manchas, livre de sujidades, terra, corpos estranhos, pragas e doenças, polpa firme e bem desenvolvida		13,59	2.718,00
23	150	Unidade	Manteiga de primeira qualidade com sal, pote com 500 gramas		26,29	3.943,50
24	100	Unidade	Margarina, 500g		8,94	894,00
25	200	KG	Melancia		3,35	670,00
26	200	KG	Melão		9,90	1.980,00
27	50	Unidade	Milho Verde em lata, 170g		5,20	260,00
28	50	Garrafa	Óleo de soja - Embalagem com 900 ml.		8,15	407,50
29	50	DZ	Ovos Branco		10,82	541,00
30	200	Pacote	Pão de forma tradicional, aproximadamente 500 gr		9,63	1.926,00
31	250	Unidade	Patê de Peito de Peru, bisnaga com 100gr		4,03	1.007,50
32	180	KG	Peito de frango, sem osso e sem pele. Congelado, produto de primeira qualidade, com cor, odor e sabor característicos, isento de peles, ossos, cartilagens, nervos, manchas, parasitas, ou qualquer sinal de decomposição, embalagem plástica transparente, atóxica		23,96	4.312,80
33	100	KG	Presunto fatiado		20,00	2.000,00
34	100	Unidade	Queijo Mina, 1kg		67,96	6.796,00
35	100	KG	Queijo Muçarela fatiado		44,29	4.429,00
36	150	Unidade	Requeijão Cremoso, 200g		9,02	1.353,00
37	60	Unidade	Salsicha tradicional resfriada - Embalagem com 3 kg		31,62	1.897,20
38	300	Unidade	Sardinha com óleo - lata 125 gr		6,47	1.941,00
39	300	Garrafa	Suco da fruta sabor MANGA, embalagem com 980 ml.		9,49	2.847,00
40	300	Garrafa	Suco de fruta sabor caju, embalagem com 500 ml.		5,24	1.572,00
41	300	Garrafa	Suco de fruta sabor goiaba, embalagem com 500 ml.		5,45	1.635,00
42	300	Garrafa	Suco de fruta sabor uva, embalagem com 500 ml.		9,29	2.787,00
43	100	Bandeja	Uva Verde sem semente, bem formada, sem manchas, rachaduras, danos mecânicos ou pragas/doenças. Polpa firme e intacta, pedúnculo (caule) intacto, sem sinais de decomposição ou odores estranhos, isenta de terra, sujidades e outros materiais estranhos.		14,99	1.499,00

TOTAL 90.403,90

Valor Total Por Extenso: Noventa mil quatrocentos e três reais e noventa centavos.



ANEXO - V - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e três, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 82 de Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº _____ e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026, objetivando a **aquisição de _____**, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de **12 (doze) meses**.

Processo nº 1363/2025, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:
CNPJ: _____ Telefone/Fax: _____
Endereço:
Contato:

Item	Descrição do Material	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de _____, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 A entrega deverá ser feita de acordo com o previsto no **subitem ____ do Termo de Referência** (Anexo III), elaborado pela Secretaria Municipal de _____.
- 1.4 Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.



- 1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 1.6 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir do contato feito pela **Secretaria Municipal de** _____.
- 1.7 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.8 O pagamento será conforme disposto no edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.10 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, prorrogável por igual período.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Tanguá, ____ de _____ de 2026.

Empresa

Testemunhas: _____
